Apesar do Estatuto da cidade não obrigar todos os municípios a fazer seu plano diretor, o Ministério das Cidades recomenda que todos façam, mesmo porque não existe nenhuma lei que o proíba, pelo contrário é de suma importância na medida em que o Plano Diretor:

(...) é importante instrumento para o pleno desenvolvimento do município e para que a cidade e a propriedade cumpram mais satisfatoriamente suas funções sociais. Em todos os casos, obrigados pelo Estatuto da Cidade, ou não, é desejável que todos os municípios brasileiros conheçam a sua realidade, que se dediquem a reduzir as desigualdades, a prevenir a degradação ambiental, a melhorar a qualidade de vida e a buscar o pleno desenvolvimento sustentável de suas potencialidades. (MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2005, p.17).

O município, portanto, é responsável por formular a política urbana e fazer cumprir, através do Plano Diretor, as funções sociais da cidade, possibilitando acesso e garantindo o direito, a todos que nela vivem, à moradia, aos serviços e equipamentos urbanos, ao transporte público, ao saneamento básico, à saúde, à educação, à cultura e ao lazer, todos eles direitos intrínsecos aos que vivem na cidade.

Segundo o Ministério das Cidades (2005) todos os cidadãos devem participar efetivamente da elaboração do Plano Diretor, pois são eles que conhecem as reais necessidades locais. O processo deve ser conduzido pelo poder Executivo, articulado com os representantes no poder Legislativo e com a sociedade civil. De acordo com a orientação do Ministério das Cidades (2005) é de suma importância que todas as etapas da elaboração do Plano Diretor sejam elaboradas e acompanhadas pelas equipes técnicas do próprio município e por seus respectivos moradores.

7 TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NA PARAÍBA: DINÂMICA POPULACIONAL EM TACIMA-PB E AS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS

7.1 Estatísticas populacionais na Paraíba-PB entre 1980 – 2007

O estudo da população voltada para a caracterização da dinâmica populacional do Estado da Paraíba, com base em dados do IDEME (2008) e dos censos realizados nos anos de 1980,1991,2000, além de projeções e contagens populacionais realizadas nos anos de 1996 e 2007 pelo IBGE, faz uma comparação entre a evolução da população paraibana, com a do Nordeste e Brasil, como mostra o gráfico abaixo:

TABELA 04: Evolução da população da Paraíba, Nordeste e Brasil: 1980-2007

ANOS	PARAÍBA	NORDESTE	BRASIL
1980	2.810.032	34.812.356	119.002.706
1991	3.201.114	44.497.540	146.825.475
1996	3.305.616	44.766.851	157.070.163
2000	3.439.344	47.741.711	169.799.170
2007	3.641.395	51.534.406	183.987.291

FONTE: IDEME – 2008

Ao analisar os dados presentes na tabela acima, observamos que o crescimento populacional da Paraíba foi menor do que o registrado a nível de Nordeste e Brasil. Essa realidade é mais bem identificada quando observamos o crescimento geométrico da população em porcentagem conforme mostra a tabela 6.

TABELA 05: Taxa geométrica de crescimento anual (%): Paraíba, Nordeste e Brasil – 1980 – 2007.

PERÍODO	PARAÍBA	NORDETE	BRASIL
1980/1991	1,19	1,83	1,93
1991/1996	0,64	1,05	1,36
1996/2000	0,80	1,30	1,57
2000/2007	0,82	1,10	1,15

FONTE: IDEME - 2008

De acordo com os dados da tabela acima sobre a taxa geométrica de crescimento anual da população do Nordeste, da Paraíba e do Brasil, é visível a desaceleração no ritmo de crescimento população nos três níveis: Nordeste, Paraíba e Brasil.

Essa realidade que se apresenta resulta principalmente:

(...) da queda nos índices de natalidade como conseqüência da divulgação, pelos meios de comunicação, quanto ao uso de métodos anticonceptivos, chegando a alcançar as pessoas de mais baixo poder aquisitivo. Também ocorre redução nos índices de mortalidade, resultado muito mais de uma medicina preventiva com campanhas de vacinação e avanços da tecnologia médica, do que de uma melhoria na qualidade de vida das populações". (RODRIGUEZ. 2003, p. 42).

Outra realidade presente na Paraíba, assim como no Brasil é a redução significativa da população rural em detrimento ao aumento da população urbana como configura a tabela 7 abaixo. O Nordeste e a Paraíba são consideradas áreas expulsoras de população, devido entre outros fatores a uma desorganização na estrutura fundiária expulsando o homem do campo para as cidades mais próximas ou para os grandes centros econômicos do país. "Não é sem razão que a região Nordeste e o Estado da Paraíba são cognominados de Terra de Arribação". (RODRIGUEZ. 2003, p. 42).

TABELA 06: População total, urbana e rural da Paraíba: 1980 – 2007

PARAÍBA	1980	1991	2000	2007
URBANA	1.479.705	2.052.066	2.443.590	2.684.922
RURAL	1.330.327	1.149.048	995.754	956.473
TOTAL	2.810.032	3.201.114	3.439.344	3.641.395

FONTE: IDEME - 2008

Mais de noventa municípios paraibanos apresenta crescimento populacional negativo conforme mostra a figura 4 sobre os municípios paraibanos em que a população total decresceu. "A explicação é dada pela forte emigração que vem ocorrendo há algumas décadas, motivadas, sobretudo, pela desestruturação agrária dominantes nestas áreas". (MELO E RODRIGUEZ. 2003, p.108).

Luiz Gonzaga retrata bem essa realidade nordestina e paraibana em uma de suas músicas "Paraíba mulher macho", versando sobre a problemática da seca que tem acarretado em constantes movimentos migratórios na Paraíba.

Trecho da música Paraíba

"Quando a lama virou pedra e mandacaru secou
Quando arribação de sede bateu asas e vou
Foi ai que eu fui me embora
Carregando a minha dor
Hoje eu mando um abraço pra ti pequenina
Paraíba masculina mulher macho sim senhor"

(Luis Gonzaga e Humberto Teixeira)

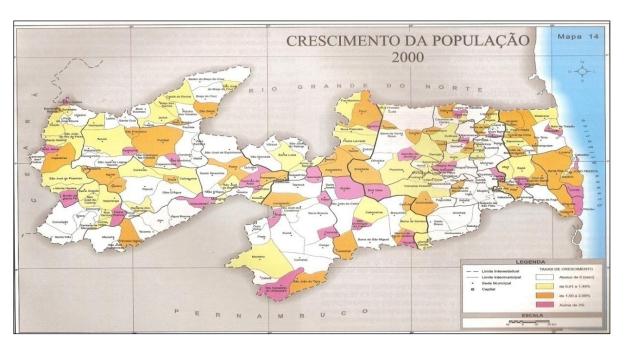


FIGURA 8: Municípios paraibanos em que a população total decresceu FONTE: (RODRIGUEZ, 2003, p. 45).

Como podemos ver no mapa acima, a maioria dos municípios paraibanos, entre os quais Campo de Santana, atualmente "Tacima" apresenta queda em número absoluto de habitantes. A pesquisa realizada no citado município, apresenta situações sócio-econômicas, que significam situação de desemprego e subemprego de sua população na faixa etária de atividade. Salvaguardadas as especificidades de

cada município, esta situação é generalizada e decorre da própria situação nacional/regional e a forma como os espaços municipais são afetados. Além da diminuição do ritmo de nascimentos há a questões de evasão de jovens e adultos, resultando no quadro populacional demonstrado pelo mapa.

7.2 Dinâmica populacional de Tacima-PB.

Tacima-PB, é um dos vários municípios paraibanos que apresenta um índice de crescimento populacional negativo, verificado ao longo das décadas através de contagens populacionais realizadas pelo IBGE no município. Observe o gráfico abaixo sobre a dinâmica populacional de Tacima-PB nos anos de 1980, 1991, 2000 e contagem populacional realizada em 2007.

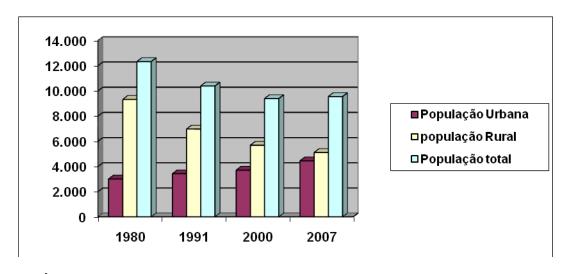


GRÁFICO 01: Dinâmica Populacional em Tacima - PB FONTE: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e contagem populacional 2007

A partir da análise do gráfico acima verificamos um acentuado decréscimo populacional na população total de Tacima-PB até o último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2000. Na contagem populacional realizada em 2007 pelo IBGE no referido município, observamos um pequeno crescimento populacional da população absoluta.

Em Tacima-PB, assim como em qualquer outro lugar, a dinâmica populacional é analisada através das taxas de Natalidade (fecundidade), a mortalidade e as migrações. Damiani (2008, p. 28) enfatiza nossa colocação dizendo que:

O tratamento desses elementos comporta variações sutis, como dados sobre mortalidade diferencial – segundo a idade e a camada social ou profissional; mortalidade infantil; migrações internacionais e internas, permanentes e temporárias, etc. tal detalhamento pode revelar mais profundamente os fenômenos considerados, esclarecer diferenciações sociais de sua incidência ou destacar suas variações em diferentes momentos.

De qualquer forma, o crescimento ou decréscimo populacional de um país, estado ou cidade como é o caso de Tacima-PB, em termos absolutos e em face de seu ritmo, são determinados e explicados a partir do estudo e análise dos elementos que representam as variáveis demográficas, que por sua vez são influenciados pela situação sócio-econômica que iremos enfocar mais na frente.

Os principais indicadores demográficos são: Crescimento Vegetativo e as migrações. "Por meio desses indicadores, é possível observar a dinâmica de uma população: se ela cresceu ou não, quantas pessoas nasceram e quantas morreram no período em estudo, quantas deixaram o lugar, quantas chegaram etc". (MOREIRA, 2000, p. 139). Em Tacima-PB vamos enfatizar a Fecundidade e as Migrações ocorridas nas últimas décadas.

7.3 Fecundidade

Para melhor explicar a redução nas taxas de fecundidade em Tacima-pb como um dos fatores que contribuíram no processo de redução populacional, tomamos como base uma pesquisa amostral realizada em 2006, onde fizemos uma comparação entre a quantidade de filhos tidos e vivos com a mesma situação referente à mãe dos entrevistados e observamos uma grande disparidade desses números. Cerca de 69,1% dos entrevistados que tiveram filhos não registrou nenhuma perda, enquanto que 74,7% das mães desses mesmos entrevistados apresentou diferença em relação ao número de filhos tidos e vivos, conforme gráfico abaixo. Tais números revelam altas taxas de mortalidade infantil há algumas décadas atrás, seguidas de quedas destas taxas em período mais recentes.

Observamos também que as mães dos entrevistados tiveram um número bem maior de filhos, fato que pode ser justificado pela ausência de métodos anticonceptivos e o grande índice de mortalidade infantil, ou seja, ocorrendo grande número de óbitos de crianças, era natural ter muitos filhos para substituir as possíveis perdas.

Entretanto, não há informações concretas ou depoimentos de que houvesse este raciocínio entre as famílias ou especificamente as mulheres (mães). A falta de assistência médico-sanitária, a desnutrição e a ocorrência de doenças, ausência de vacinações, concorriam para a construção deste quadro de elevada mortalidade infantil.

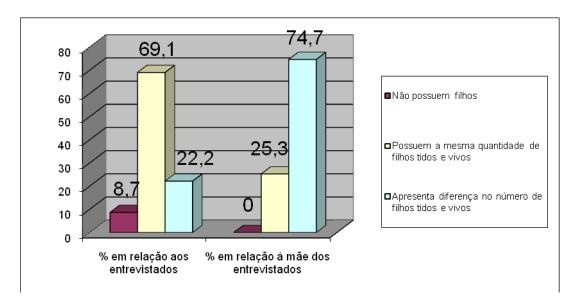


GRÁFICO 02. Relação – Filhos tidos e filhos vivos comparada à mesma situação referente à mãe dos entrevistados, Tacima – PB / 2006 FONTE: Silva, 2006.

Com o passar dos anos essa realidade mudou, a maioria dos casais entrevistados possuem apenas 1,2 ou no máximo três filhos. Reduziu-se o número de filhos, pois hoje há uma maior preocupação das famílias com relação a saúde, educação enfim, com o bem estar dos filhos, e quanto maior for o número de filhos, maiores serão as despesas.

Além disso, as mulheres passaram a atuar mais no mercado de trabalho para ajudar nas despesas domiciliares, e este é um fator inibidor de gestações freqüentes.

Hoje os casais têm acesso a informações sobre diferentes métodos anticonceptivos, o que facilita o controle de natalidade.

Mesmo com posicionamentos contraditórios, por parte dos governos, a taxa de fecundidade no Brasil, como vimos, caiu muito nas últimas décadas, expressando o uso de métodos anticonceptivos considerados como determinantes próximos e/ou variáveis intermediárias. (IBGE, 1996 b; CARVALHO, 1981; WOOD e CARVALHO, 1994 apud SILVA, 2000).

A maioria dos pesquisadores considera que a crescente urbanização e industrialização no país, o ingresso maciço da mulher no mercado de trabalho, o aumento no nível de escolaridade feminina, as transformações nas formas de organização da produção e o acesso aos métodos modernos de controle da prole são os principais fatores estruturais da redução da fecundidade

As transformações culturais também levaram a uma redução da fecundidade, alternando valores e desejos no contexto familiar, aliando-se as perspectivas do mercado de trabalho. "As transformações culturais ampliam os papéis tradicionalmente atribuídos as mulheres e abrem perspectivas de incorporação de um projeto profissional como parte de um projeto de vida". (SILVA, 1995, p. 6).

7.3 - Migrações

Como mostramos anteriormente, em Tacima-pb a fecundidade também é um fator importante para explicar a redução nas taxas de crescimento, no entanto outro fator determinante são as constantes migrações que ocorram no município nas últimas décadas, devido a vários fatores que abordaremos a seguir.

As migrações podem ter como origem causas religiosas, psicológicas, sociais, econômicas, políticas e até naturais (secas e terremotos, por exemplo). Embora ocorram de fato todos esses motivos, no Capitalismo existe uma causa ou explicação principal: a econômica, entendida como deslocamento de contingentes humanos para áreas em que o sistema produtivo concentra maiores ou melhores oportunidades de emprego. (VESENTINI, 2000, p. 220).

Na nossa pesquisa realizada em 2006 verificamos que as migrações interregionais são um dos principais fatores responsáveis pelo decréscimo populacional em Tacima-PB. Mais de 65% dos entrevistados registraram uma ou mais pessoas de sua família que migraram para outras regiões, como mostra o gráfico abaixo.

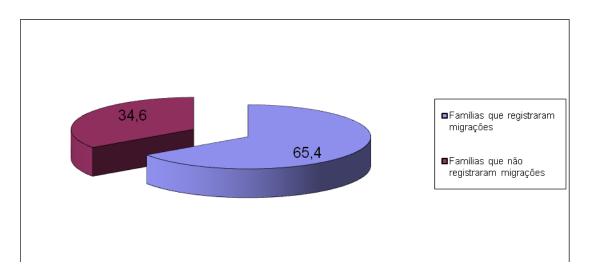


GRÁFICO 03. Migrações / Tacima – PB / 2006 **FONTE:** Silva, 2006

Diversas são as causas que explicam esse acentuado processo de emigração registrado em Tacima-pb, acentuado a partir da década de 1980.

Na zona rural esse processo migratório é relacionado à concentração fundiária, irregularidades pluviométricas, violência e falta de assistência técnica e financeira ao homem do campo entre outros.

No percorrer de nossa pesquisa de campo na zona rural de Tacima-PB, podemos observar a extrema precariedade em que muitas pessoas ainda vivem, morando em casas de "taipa", sem nenhuma infra-estrutura necessária a uma vida com mais dignidade, como mostramos na foto abaixo:



FOTO 04: Casa de taipa no sítio Barra dos Targinos, Tacima-PB AUTORA: Silva, set. 2010.

Durante toda nossa pesquisa, ouvimos inúmeros relatos de terras que são vendidas a pessoas (latifundiários) que não são do município e compra as terras para criação de animais bovinos, diminuindo as terras disponíveis para agricultura, realidade que tem dificultado cada vez mais a permanência da população local, principalmente dos mais jovens.



FOTO 05: Criação de animais no sítio Barra dos Targinos, Tacima-PB AUTORA: Silva, set. 2010

Os moradores do sítio Barra dos Targinos nos relataram que residem nessas terras a mais de 60 anos e que estão passando por inúmeras dificuldades, depois que as terras onde eles criavam e plantavam sua agricultura de subsistência foi arrendada ou mesmo vendida a um latifundiário de outra cidade, nos informaram também que de um total de 800 hectares, apenas 20 foram separadas para a sobrevivência de 22 famílias, o restante 70 hectares para o arrendamento de animais, onde os moradores terão que pagar uma quantia de R\$ 20,00 por cabeça de animal e todo restante, cerca de mais de 700 hectares de terra, toda cercada para a criação de animais do proprietário.



FOTO 06: Terra cercada para proibição de cultivo pelos moradores locais, Sítio Barra dos Targinos, Tacima-PB.

AUTORA: Silva, set. 2010

Essa realidade constatada no sítio Barra dos Taginos é visível nos demais sítios do município pesquisado, podemos constatar isso, através das inúmeras habitações que são praticamente abandonadas por seus donos, em detrimento de casarões que são construídos pelos latifundiários para o lazer de fins de semana em suas propriedades.



FOTO 07: Casa de um latifundiário, no sítio Capoeira, Tacima-PB AUTORA: Silva, set. 2010

Além de casas fechadas, registramos também escola abandonada pela falta de alunos, como reflexo evidente da evasão rural presente naquela área



FOTO 8: Escola abandonada no sítio Capoeira, Tacima-PB AUTORA: Silva, set. 2010

Outro fator relevante que também tem intensificado a evasão rural é a insegurança no campo registrada mais recentemente pelos constantes assaltos a mão armada, cada vez mais violentos. Muitas famílias temendo a violência que chegou ao campo acabam abandonando suas casas em bom estado físico. Por outro lado, o meio urbano também apresenta este problema em caráter até mais grave.



FOTO 09 e 10: Casas fechadas no sítio Capoeira, Tacima-PB. AUTORA: Silva, set. 2010

Aqueles que não migram da sua área rural acabam utilizando métodos não recomendáveis como forma de segurança como mostramos na foto abaixo:



FOTO 11: Mulher com arma para defesa de sua família

AUTORA: Silva, set. 2010

Como parte da conjuntura econômica e social de natureza adversa à permanência do homem do campo na sua área de atividade, podemos acrescentar que "em meados da década de 80, uma praga – o "bicudo" (*Conothaupis mesoleuca*) – alastrou-se pelo Brasil destruindo completamente as plantações de algodão em boa parte do país. Além disso, no início da década de 90, a liberalização das taxas de importação, com a abertura dos mercados, fez com que as industrias passassem a importar a fibra do algodão de outros países, com oferta de preços mais baixos. Como conseqüência, ocorreu o abandono da cultura pelos agricultores, assim como a ampliação da emigração e instalação precária destes migrantes nas periferias das pequenas e grandes cidades. Seis milhões de pessoas, direta ou indiretamente foram afetadas, pela crise do algodão em toda cadeia produtiva, no Nordeste" (COEPBRASIL, 2004 s/p.).

Na medida em que o município de Tacima-PB fazia parte da área de cultivo do algodão, assim como outros municípios paraibanos, teve sua economia fortemente afetada pela praga do bicudo, cujo efeito foi devastador, vindo a ampliar o desemprego no campo, forçando desta maneira a evasão de grandes contingentes populacionais rurais. Portanto, não é coincidência que a acentuada diminuição da

população do município em números absolutos, passa a ser constatada a partir da década de 80.

No final da década de 90, a população do semi-árido se reduziu a 16 milhões de habitantes, sendo 250.000 empregadas no cultivo de 195 mil hectares de algodão¹.

No decorrer da pesquisa, pessoas mais idosas entrevistadas, sempre se referem à época em que o cultivo e comércio do algodão, representavam empregabilidade e garantiam a permanência dos agricultores no campo.

Na zona Urbana o processo migratório não é menor que na zona rural, sendo o desemprego e a falta de expectativas de melhoria econômica o principal responsável pela formação de fluxos migratórios, na direção de centros urbanos majores.



FOTO 12: Habitações urbanas em área periférica de Tacima - PB AUTORA: Silva, jan. 2006.

De um modo geral, dos 65,4% dos entrevistados que registraram migrações em sua família mais de 90% apontaram a difícil situação financeira relacionada a falta de emprego como sendo o principal motivo da migração. Cerca de 47,2% desse total apontaram três ou mais pessoas de sua família (tios, sobrinhos, irmãos), que residiam no território de Tacima-pb e emigraram para outras regiões do país.

_

¹ Coepbrasil, 2004.

TABELA 07. Média de emigrantes por família / Tacima – PB / 2006

Média de pessoas por família	% em relação ao total
De uma a duas pessoas	52,8
De três a quatro pessoas	26,4
Cinco ou mais pessoas	20,8
Total	100

FONTE: Silva, 2006

A maioria dos emigrantes de Tacima-PB se dirigem para os grandes centros econômicos do país (São Paulo e Rio de Janeiro) e para as capitais regionais mais próximas (João Pessoa – PB e Natal – RN).

TABELA 08. Destinos das migrações / Tacima- PB / 2006

Principais áreas de destino	% em relação ao total
São Paulo	36,8
Rio de Janeiro	15,8
Rio Grande do Norte	18,4
Paraíba (João Pessoa)	21,1
Pará	5,3
Nova York	2,6
Total	100

FONTE: Silva, 2006.

Observamos que a destinação predominante dos migrantes é a cidade de São Paulo (36,8%), seguida por João Pessoa (21,1%) e Rio Grande do Norte (18,4%), ou seja; a busca de trabalho e oportunidades, mas também uma tentativa de não estabelecer uma distância tão grande de seu lugar de origem, permanecendo em capitais dentro da Região Nordeste.

7.4 A realidade das políticas públicas em Tacima-PB.

De acordo com Bucci (2002, p. 241), as políticas públicas "são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados".

Portanto, no intuito de entender melhor o processo que desencadeou a estagnação econômica e consequentemente a evasão populacional de Tacima-PB a

partir de 1980, entrevistamos o secretário de administração, finanças e planejamento do município e o Extencionista da Emater local.

O secretário nos afirmou que tem conhecimento do decréscimo populacional que atinge o município desde a década de 80 e considera o fator desemprego o principal causador do fenômeno atuante. Enfatizou ainda que o município poderia ser um atrativo populacional desde que houvesse maiores investimentos do setor público e privado, fato que foi consideravelmente afetado por gestões públicas inadequadas que desencadeou gradativamente uma estagnação econômica local.

Salientou que a prefeitura, o Estado e um pequeno comércio são as únicas atividades econômicas geradoras de emprego e renda. Vale a pena ressaltar que esses empregos públicos estão na maioria das vezes vinculados a um sistema político antidemocrático onde as pessoas ficam submissas ao sistema político vigente atuante.

Ao questionar a possibilidade de outras atividades econômicas que possam gerar emprego e renda e com isto melhorar a vida sócio-econômica dos tacimenses, relatou que é oferecido alguns cursos profissionalizantes tais como: manicure, cabeleireiro, garçom, articulinária, artesanato em geral. Esses cursos são oferecidos temporariamente a uma pequena parcela da população, além do que não existe cooperativa ou associação que subsidie os cursistas para transformar o aprendizado em uma atividade econômica que lhes forneça uma renda familiar extra.

Ao enfatizar a prefeitura local, o secretário considera a falta de mão de obra qualificada (engenheiros, advogados, planejadores, etc) uma das maiores deficiências, além disso, fatores econômicos ligados a administrações anteriores dificultam o trabalho do gestor atual uma vez que a prefeitura apresenta um acúmulo de dívidas muito grande ao longo dos anos.

Segundo o secretário, 20% do FPM (Fundo de participação municipal) é destinado todos os meses para pagamento de precatórias a ex-funcionários da prefeitura que foram mandados embora por gestores anteriores e que por sua vez não tinham recebido seus direitos trabalhistas, além deste valor mais 2 (dois) são colocados a disposição todos os meses para também pagar dívidas acumuladas, 3% para o INSS (Instituto Nacional de Segurança Social) e 3% FGTS (Fundo de Garantia por Tempo De serviço).

De acordo com esses percentuais, mensalmente o município perde entre R\$ 80 a 100 mil reais. Como se isso não fosse suficiente a prefeitura ainda apresenta débitos em atraso com a CAGEPA, SAELPA, companhias de telefonias e diversos fornecedores. Na medida em que 26% da verba municipal é destinada para pagamento de dívidas, deixa-se de investir em melhores salários, criação de novos empregos, aumento do percentual destinado a saúde, educação, assistência social e etc.

Além dos débitos citados acima, o secretário ressalvou que o município foi prejudicado durante anos por questões políticas, uma vez que recebeu pouco incentivo financeiro do governo Estadual para através de uma parceria com o governo municipal melhorar o padrão social e econômico do município. Enfatizou também que através dos salários em dias mantidos pelo gestor atual, podemos notar uma pequena evolução da cidade com o crescimento do comércio local, que consequentemente gerará mais empregos aos tacimenses.



FOTO 13 e 14: Lojas comerciais da Zona Urbana de Tacima-PB AUTORA: Silva, set. 2010



FOTO 15: Lojas comerciais na Zona Urbana de Tacima-PB FONTE: Silva, set. 2010

È importante salientar que embora o comércio tenha crescido, não fixa a população jovem local, devido ao reduzido número de empregos gerados e aos baixos salários pagos a seus funcionários.

Questionamos a existência de um projeto econômico do governo municipal destinado ao desenvolvimento urbano e rural do município e o secretário nos informou que existe um projeto destinado aos agricultores onde parte da sua produção vai ser comprada para merenda das escolas, segundo ele esta é uma forma de valorização e incentivo ao trabalhador rural, acrescentou também que os agricultores recebem ajudas financeiras para o corte de suas terras antes do plantio como forma de incentivo.

Salientamos que não só em Tacima-PB, mas nas demais cidades, hoje é exigência que parte da merenda escolar seja comprada dentro do próprio município para incentivar e valorizar o trabalhador rural e os produtos por eles produzidos. É o programa Compra Direta do Governo Federal, através do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Portanto, diante de tantos problemas, não nos foi apresentado a existência de um projeto concreto que vise o desenvolvimento econômico do município principalmente no que se refere à criação de novos postos de trabalhos e consequentemente geração de novos empregos para fixar a população local

Vale salientar que essa perda populacional que se registra no município desde a década de 1980 tem causado diminuição do FPM e dificultado ainda mais o desenvolvimento sócio-econômico local.

Não só Tacima-PB, mas milhares de cidades brasileiras passam por problemas semelhantes de involução econômica e principalmente social, nossos governantes precisam acordar e se conscientizar que são eles os principais responsáveis pelo bem estar da sua população e buscar caminhos através de diversos setores dentre eles o primordial "educação" para construção de uma sociedade mais justa.

A segunda parte da nossa pesquisa foi realizada na EMATER local, no intuito de conhecer os programas financeiros de incentivo ao trabalhador rural, uma vez que é na zona rural os maiores registros de evasão populacional, como demonstramos no gráfico abaixo.

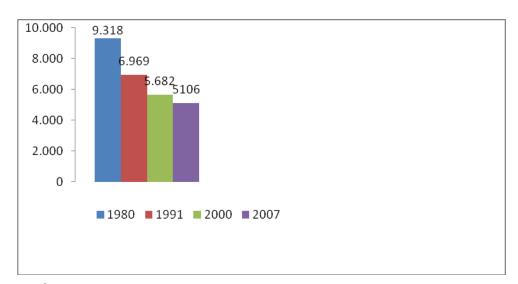


GRÁFICO 04: Redução da população rural de Tacima-PB FONTE: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e contagem populacional 2007

Fomos informados que existe uma parceria da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) com o Banco do Brasil (BB) e o Banco do Nordeste (BNB) para subsidiar o trabalhador rural na sua produção agropecuária. Tais subsídios são destinados ao trabalhador rural através principalmente do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar) um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O

Programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações.

O maior objetivo do PRONAF é construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores e suas famílias, visando o aumento e a diversificação da produção, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida.

Os beneficiários do Programa devem ser agricultores familiares, sejam eles proprietários, assentados, posseiros, arrendatários, parceiros ou meeiros, que utilizem mão-de-obra familiar, e tenham até 2 empregados permanentes. Além disso, não devem deter, a qualquer título, áreas superiores a 4 módulos fiscais, e no mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar anual deve ser proveniente da atividade agropecuária e não-agropecuária exercida no estabelecimento. O agricultor familiar deve residir na propriedade ou em povoado próximo. (EXTENCIONISTA DA EMATER – TACIMA/PB, 2010).

Segundo o Extencionista da Emater-local (2010), as modalidades do PRONAF, que mais beneficiam os agricultores de Tacima-PB são:

PRONAF A – Destinado a agricultores rurais de áreas de assentamentos. No município de Tacima-PB existem quatro assentamentos que são favorecidos com o (PRONAF A) que são Vazante, Boa Esperança, Lajedo e Pombos. A EMATER local fornece assistência técnica aos assentados, além da elaboração de propostas e projetos. O limite de empréstimo através do PRONAF A é de até R\$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais) para custeio ou investimentos diversos. Juros de apenas 1% ao ano e bônus de 45%

PRONAF B – Destina-se ao agricultor que desenvolve qualquer atividade rural e apresenta renda anual de até R\$ 6.000,00(seis mil reais) provinda da agricultura. O PRONAF B disponibiliza uma linha de crédito de até 2.000,00(dois mil reais). O agricultor para poder ter acesso a linha de crédito do PRONAF B necessita de possuir a DAP(Declaração de aptidão do PRONAF). Os juros são muito baixos, de apenas 0,5% ao ano, com bônus de 25% se o pagamento for efetuado até o vencimento, esta linha de crédito poderá ser renovada até três vezes.

PRONAF COMUM OU GRUPO VARIÀVEL – Destinado ao produtor rural que tem renda provinda da agropecuária acima de R\$ 6.000,00(seis mil reais). O limite disponibilizado depende da receita do agricultor, podendo chegar a uma linha de

crédito de ate R\$ 120.000,00(cento e vinte mil reais). As taxas de juros não nos foi informada.

Outra linha de crédito disponível para os agricultores de Tacima-PB em parceria com o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) è o Agroamigo que visa à concessão de financiamento para a área rural, metodologia própria de atendimento, cujas premissas são: crédito orientado e acompanhado.

Destina-se aos agricultores familiares enquadrados no PRONAF Grupo "B" que exploram parcela de terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros; que residam na propriedade rural ou em local próximo; obtenham no mínimo 30% da renda familiar da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento; e possuam renda bruta anual de até R\$ 5.000,00. (EXTENCIONISTA DA EMATER LOCAL, 2010).

O Extencionista nos informou que além do PRONAF e do AGROAMIGO, existem outras linhas de créditos, FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e o FINAME (Financiamento de Máquinas e Implementos Agrícolas). Ambos são destinados ao grande agro pecuarista; os valores dos financiamentos são bem maiores que os citados anteriormente e consequentemente os juros também são maiores.

No final da pesquisa, perguntamos se há uma quantidade de inadimplência muito grande no reembolso desses financiamentos e fomos informados que a inadimplência já chegou a 84%, mas que hoje esses números baixaram para menos de 50%, além do que muitos agricultores não investem o dinheiro adquirido pelo PRONAF na agropecuária, desviando para outras atividades aleatórias, realidade que aumenta o número de endividados e dificulta a aquisição de novos financiamentos. Outros programas do Governo Federal também assistem a população urbana e rural de Tacima-PB tais como: Bolsa Família onde atende cerca de 1417 famílias beneficiadas, Bolsa Escola, Bolsa Jovem, Pró Jovem e o PAIF (Programa de Atenção Integral a Família).

Mesmo através da existência de financiamentos destinados ao trabalhador rural de Tacima-PB, podemos afirmar que os mesmos são insuficientes para conter a população rural nas suas respectivas localidades, uma vez que os financiamentos não atendem a demanda da população rural, ficando muitos trabalhadores a mercê

desse subsídio e aqueles que são beneficiados, muitas vezes o valor adquirido é insuficiente para atender as reais necessidades, além disso, outros problemas relacionados à concentração latifundiária, as irregularidades pluviométricas e até mesmo a violência que chega ao campo de forma assustadora entre outros, tem aumentado o êxodo rural de Tacima-PB e consequentemente o decréscimo populacional da Zona Rural e da população no geral.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XX o Brasil apresentou um dos maiores crescimentos populacionais do mundo marcados pelo crescimento vegetativo e principalmente pelo intenso fluxo de imigrantes que adentraram o Brasil para trabalhar nas lavouras cafeeiras, no entanto foi nas décadas de 1950 e 1960 que o país apresentou o seu maior crescimento demográfico e dessa vez não foi a imigração o principal responsável, mas os números estáveis de natalidade e a redução considerável na mortalidade após a Segunda Guerra Mundial.

Após a consolidação das quedas nas taxas de natalidade, as taxas de fecundidade também começaram a cair no Brasil a partir da década 1970, reduzindo o ritmo de crescimento populacional e evitando uma explosão demográfica como muitos previam. As taxas de fecundidade que atingiram uma média acima de 6,0% na década de 60, reduziram-se para menos de 2,4% de acordo com o IBGE - 2000.

Entre os principais fatores responsáveis pela queda nas taxas de fecundidade no Brasil podemos enfatizar: Industrialização, urbanização, melhorias médicas sanitárias importadas de países de Primeiro Mundo, crescente entrada da mulher no mercado de trabalho, bem como práticas de planejamento familiar, como uso de anticoncepcionais e preservativos.

No caso específico de Tacima-PB, tivemos em 1980 a maior população absoluta registrada no município, apresentando uma população de 12.324 habitantes distribuídos entre as áreas urbana e rural. No censo realizado em 1991 estes números baixaram para 10.389 habitantes. O decréscimo acentuou-se ainda mais no último Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2000 o qual totalizou a população do município em apenas 9.388 pessoas, sendo que o maior decréscimo foi registrado entre a população rural como mostramos no gráfico 5 sobre dinâmica populacional de Tacima-PB, presente no último capítulo do nosso trabalho.

É verdade que os fatores relatados acima como principais agentes da transição demográfica verificada no Brasil, também contribuíram para o decréscimo populacional de Tacima-PB, no entanto no caso em particular o principal responsável é a estagnação econômica verificada no município evidenciada principalmente pela ausência de vontade política.

A evasão populacional verificada principalmente na zona rural é explicada pela constante formação de correntes migratórias locais que podem ser relacionadas às dificuldades vivenciadas pela população rural num contexto sócio-econômico em que prevalece a concentração fundiária, além da falta políticas de incentivos e financiamentos para o homem do campo, à qual se associa a irregularidade e escassez pluviométrica e mais recentemente a violência cada vez maior no campo. Como se todos esses fatores não fossem suficientes, a praga do "bicudo" também foi um forte responsável pela onda migratória que atingiu o município a partir da década de 1980.

A população rural deste município migra constantemente para centros urbanos regionais, João Pessoa - PB e Natal - RN bem como para as grandes metrópoles e centros industriais do país: São Paulo – SP e Rio de Janeiro - RJ em busca de emprego e melhoria de vida. Muitos deixam suas famílias até conseguir estabilidade financeira. Devido às constantes migrações podemos observar o abandono de diversas moradias no meio rural.

Na área urbana verifica-se um pequeno aumento populacional ao longo dos censos, aumento esse que se torna insignificante quando comparado com o crescimento urbano de cidades vizinhas como Passa e Fica - RN, Araruna – PB e Dona Inês – PB. Dificilmente constatamos um caso de imigração em Tacima-PB. Em contraponto, comprovamos diversos casos de migrações de famílias que deixaram a cidade para viver em outros centros urbanos.

Assim como no meio rural, no meio urbano o problema de desemprego é significativo para explicar tal decréscimo. A cidade não dispõe de nenhuma fábrica ou indústria particular que por sua vez, garantiria mais emprego para a população local. O comércio local que há décadas atrás apresentava um grande dinamismo, polarizando as cidades vizinhas, decresceu ao longo dos anos junto com a população, devido principalmente a administrações públicas ineficientes. Nos dias atuais observamos um ressurgimento do comércio, com um pequeno crescimento na área urbana, no entanto o número de empregos oferecidos é muito baixo para a quantidade da população, além disso, os salários são muito baixos para fixar a população local na cidade.

É claro que os principais fatores responsáveis pela queda do crescimento populacional no Brasil também atingiram cidades como Tacima-PB, influenciando a

dinâmica populacional geral. Entretanto, as pesquisas realizadas nos mostraram que o maior motivo para a evasão da população, estar relacionado à falta de emprego causado pela estagnação econômica do município que atinge a grande maioria da população local.

Esse decréscimo de atividades econômicas constatadas nas últimas décadas deve-se também a ausência ou ineficácia de políticas administrativas que não priorizam a criação de programas sociais que desenvolvam a economia e, desta forma ampliem as oportunidades de inserção no mercado de trabalho para centenas de habitantes que vivem em extrema pobreza e que por conta desta situação acabam migrando para outras regiões.

Salientamos que nossa pesquisa é baseada em dados pesquisados em órgãos responsáveis pelas estatísticas populacionais registradas de 1980 a 2008 (IBGE, IDEME), onde verificamos uma redução na população absoluta do município, no entanto, queremos ressaltar que em uma década muitas modificações na sociedade podem vir a ocorrer e mudar a realidade da dinâmica populacional de Tacima-PB, que tentamos evidenciar no referido trabalho. Portanto, em se tratando de dinâmica populacional não podemos correr o risco de fazer afirmações para o futuro, apenas previsões que podem ser refutadas ou não.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Apresentação de citações em documentos – NBR – 0520. Rio de Janeiro, 2009.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A transição demográfica e a janela de oportunidade.** São Paulo: UFMG, 2008. Disponível em: www.braudel.org.br. Acesso em 15/01/2010

_____ Mitos e Realidade da Dinâmica Populacional. Ouro Preto: UFMG, [s/d]. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br. Acesso em 15/01/2010

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PARAÍBA - IDEME, 2008.

ARQUIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO DE SANTANA - PB. Casa Terlópedes Cruz, Campo de Santana – PB, 2003.

ARQUIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DE SANTANA - PB. 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002. P. 241.

CARVALHO, J. A. M. Crescimento Populacional e Estrutura Demográfica no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

COEPBRASIL: Companhia Exportadora do Brasil, 2004.

MACHADO, Cristina. **Expectativa de vida do brasileiro sobe**. Correio da Paraíba, Paraíba, 02 de dezembro de 2009. P. A5.

DAMIANI, Amélia. **População e Geografia.** São Paulo: Contexto, 2009.

EMATER/PB. Agência Tacima-PB. Região Solânea, 2004.

EMATER/PB. Agência Tacima – PB. Região Solânea, 2010.

IBGE – Base de informações municipais (Campo de Santana - PB), 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em 03/01/2010.

IBGE – Censos Demográficos: 1980/1991/2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em 03/01/2010.

LUCENA, Humberto Fonseca de. *Et al.* **A propósito da mudança do nome de Tacima**. João Pessoa: IHGP, 2002.

MALTHUS, T. R. Ensaio Sobre População. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).

MEDICI, A. C.; BELTRÃO, K. I. **Transição Demográfica no Brasil:** Uma Agenda Para Pesquisa. México: Ed, 1993.

MELO, A. S. T. de.; RODRIGUEZ, J. L. **Desenvolvimento Econômico e a Questão Ambiental**. João Pessoa: Grafset, 2003.

MENDES, J. T. G.; JUNIOR, J. B. P. **Agronegócio:** Uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MERRICK, T.; GRAHAM, D. **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro; Zahar, 1981.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa social:** Método e criatividade. Vozes: coleção temas sociais. 19^a ed. Petrópolis – RJ, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo:** Guia para Elaboração Pelos Municípios e Cidadãos. Brasília: Confea, 2005.

MOREIRA, Igor. **O Espaço Geográfico:** Geografia Geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 2000.

PINTO, Zilma Ferreira. **Os Ferreiras de Tacima – Paraibanos da fronteiras**. João Pessoa: Riografic, 2000.

PRODER – **Programa de Emprego e Renda:** Tacima. João pessoa: SEBRAE/PB, 1996.

PROJETO RADAMBRASIL – **Programa de Integração Nacional.** Levantamento de Recursos Naturais. Folhas SB 24/25 – Jaguaribe/Natal. Vol. 23. Rio de Janeiro, 1981.

Recursos Naturais e Meio Ambiente: uma visão do Brasil - IBGE. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

RODRIGUEZ, Janete Lins. (Coord.). **Atlas Escolar da Paraíba:** Espaço Geo-Histórico e Cultural. 3ª ed. João Pessoa: Grafiset, 2002.

SANTOS, Milton. Manual de Geografia Urbana. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, Ivania Gomes de Araújo. **De Tacima a Campo de Santana – Espaço Geográfico e População (1980-2005).** 2006. 76f. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia – Universidade Estadual da Paraíba. Centro de Humanidades. (Guarabira/PB). 2006.

SILVA, I. H. **O declínio da fecundidade e os direitos reprodutivos no Brasil:** um urgente desafio. In: V Congresso español de sociologia, Granada, 1995, (Publicado na América Latina Hoy, Madreal).

SILVA, Susana Maria Valeda da. **Inovações nas políticas populacionais:** O planejamento familiar no Brasil. In: Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. Universidade de Barcelona, N.69 (25), 1 de agosto de 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 192 p.

VESENTINI, José Willian. **Brasil: Sociedade e espaço**. 30ª ed. São Paulo. Ática, 2000.

APÊNDICE A

Questionário de Campo – 2006	
Zona urbana() Zona Rura	l ()
1. Identificação do entrevistado	
1.1 nome : 1	.2 sexo: masc() fem() 1.3 idade:
2. Grau de escolaridade:	
3. () não alfabetizado 2. () 1º grau incompleto 3. () 1º grau completo 4. () 2º grau incompleto	 5. () 3° grau incompleto 6. () 3° grau completo 7. () nenhum 8. () outro
Caso não seja alfabetizado respo	nda as seguintes questôes:
2.1. Frequentou escola por algum	tempo?
2.2. Quais motivos fizeram vo	ocê abandonar a escola, ou nunca frequentá —
3.3. Há escolas para alfabetizaçõ	es de adultos nesta área?
3. Documentação do entrevistado	
 () certidão de nascimento 2. () certidão de casamento 3. () carteira de identidade 4. () carteira profissional 5. () título de eleitor 	7. () cpf 8. () nenhum
4. Religião do entrevistado	
5. Atividades econômicas (tipo de	trabalho)
5.1. Qual é a sua relação com o to 1.() parceiro 2.() assalariado 3.() rendeiro 4.() autônomo 5.() outro especifique.	
5.2. Sempre possuiu o mesmo tip Se a resposta for não, qual era a	o de atividade?atividade?

 5.3. Qual era a sua relação com o traball 1. () parceiro 2. () assalariado 3. () rendeiro 4. () autônomo 5. () outro especifique 	no anterior?
Se for agricultor responda as questões a	seguir:
6. Relação com a terra: 1. () proprietário 2. () parceiro 3. () arrendatário 4. () dependente familiar 5. () dependente n/ familiar	6. () agregado 7. () empregado 8. () outra especifique
6.1. Tipo de cultivo(s)6.2. Houve mudança de produto cultivado 6.3. Problemas com a produção agrícola 6.4. Além do roçado a família po	o? ? Quais? ssui outra atividade econômica? Qual?
 Renda do entrevistado () menos de 1 salário mínimo () um salário mínimo () de um a dois salários mínimos () de dois a quatro salários mínimos () cinco ou mais salários mínimos 	
8. Moradia e migração	
9.1. Mora nesta localidade desde que na	sceu?
Caso a resposta seja não, responda:	
9.2. Qual era a moradia anterior?() urbana () rural	
9.3. Motivo da migração?	
9.4. Alguma pessoa da sua família migro	u para outra localidade?
Caso a resposta seja sim, responda:	

9.5. Quantas e para onde?_		
9.6. Principal motivo da mig	ração?	
10. Recursos e equipament	os disponíveis no domicílio:	
1.() geladeira 2.() fogão à gás 3.() televisão 4.() telefone fixo 5.() computador 6.() rádio 7.() internet	8. () telefone celular 9. () posto telefônico 10. () antena parabólica 11. () carro marca 12. () equipamento agrícola	
11. Se casado(a) ou com	companheiro(a), responda:	
11.1 Tem filhos?		
Caso positivo, quantos?		
1. () filhos tidos	2. () filhos vivos	
11.2. Faz planejamento fam 1. () sim	iliar? 2. () não	
11.3. Quantos filhos pretend	de ter?	
11.4. Sua mãe era alfabetiza	ada? 2. () não	
11.5. Quantos filhos teve su	a mãe?	
11.6. Quantos filhos criou su	ua mãe?	
11.7. Ocorreu algum óbito?1. () sim	2. () não	
Se sim, que idade tinha os f	ilho(s) que faleceram	_
11.8. Motivo da morte?		
11.9. Existia planejamento f	amiliar na época da sua mãe?	Tipo

APÊNDICE B

Questionário de Campo - 2010

1. Você tem conhecimento sobre o decréscimo populacional ocorrido nas últimas décadas?

SE RESPONDEU SIM, RELATE OS FATORES QUE CONSIDERA RELEVANTE PARA JUSTIFICAR O FENÔMENO.

- Você considera o município de Tacima-PB um atrativo ou expulsor de população?
- 3. Qual é a principal atividade econômica geradora de emprego e renda na cidade?
- 4. Existem outras atividades? Quais?
- 5. Qual a percentagem da PEA no município?
- 6. No que se refere a prefeitura local responda:
- a) Qual a sua maior deficiência?
- b) Existem fatores econômicos ligados a administrações anteriores que dificultam o trabalho do gestor atual? Quais?
- c) Como classificar as gestões anteriores no que se refere a aplicação do dinheiro público? Onde e como foi investido? E a gestão atual?
- d) Existe algum projeto que vise melhorar o desenvolvimento econômico da cidade? Qual/Quais?
- e) A prefeitura tem dívidas acumuladas? De quanto tempo? Valor estimado?
- f) Em sua opinião, o que poderia ser feito através do governo municipal para desencadear um desenvolvimento econômico na cidade?

SOBRE A ZONA RURAL

- 1. Em sua opinião, quais os principais fatores responsáveis pelo êxodo rural no município?
- 2. Existe algum tipo de planejamento econômico destinado aos moradores da zona rural com o objetivo de fixar a população local? Qual/Quais?
- 3. Existe incentivo do governo estadual e/ou municipal para os agricultores da zona rural?

- 4. Quais os principais gêneros agrícolas cultivados na zona rural?
- 5. Existe algum tipo de associação ou cooperativa para subsidiar os agricultores?
- 6. Quais as maiores dificuldades encontradas pelos agricultores da zona rural?
- 7. A concentração fundiária é um fator relevante para justificar o êxodo rural?

ANEXO A

Cópia do Diário Oficial do dia 30 de Dezembro de 2009 com a publicação do retorno do nome Tacima-PB.

Diário Oficial

João Pessoa - Ouarta-feira, 30 de Dezembro de 2009

23

ANEXO DO BANCO DE LEITE DO ICV

ANEXO DO BANCO DE LEITE DO ICV.

A Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa, através de sua Pregocira Oficial, Sra. Karla Michele Vitorino Maia, nomeada pela Portaria nº 446/2009 do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, toma público, para conhecimento dos interessados, que o certama eaima referenciado dellagrou-se fracassado ante a ausência de licitantes à sessão. Desta forma, novo procedimento será iniciado, sob outra numeração, no ano vindouro. Consultas com a Pregocira e a sua equipe de apoio no HORÁRIO ÚNICO de 08:00h às 12:00h., no Fone/Fax: 83. 3214-7937 ou pelo e-mail: licitacaosaude@jonopessoa.pb.gov.br.

Karla Michele Vitorino Maia Pregoeira / Presidenta CSL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA SECRETARIA DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO Nº 189/2009 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2009
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA CLIMATIZAÇÃO E RE-FRIGERAÇÃO DO COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA.
A Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa, através de sua Pregocira Oficial, Sra. Karla Michele Vitorio Maia, nomeada pela Portaria nº 446/2009 de Excelentissimo Senhor Prefeito Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que o certame acima referenciado dellagrou-se fracassado, ante a ausácnia de licitantes à sessão. Desta forma, novo procedimento será iniciado, sob outra numeração, no ano vindouro. Consultas com a Pregocira e a sua equipe de apoio no HORARIO ÚNICO de 08:00h às 12:00h., no FoneFax: 83. 3214-7937 ou pelo e-mail: licitacaosaude@joaopessoa.pb.gov.br. João Pessoa, 29 de dezembro de 2009. Karla Michele Vitorino Maia Pregoeira / Presidenta CSL

Diário dos Municípios

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº441 /2009.

Sapé, 28 de dezembro de 2009.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, Estado da indamento no art. 51, da Lei nº 8.666/93.
RESOLVE:

RESOLVE:
Designar o servidor JONH EDSON DOS SANTOS, mat. 2723-1, MARIA
IZABEL MATIAS DOS SANTOS, mat. 960-1 e MARIA DE FÁTIMA DA COSTA
MARANHÃO, mat. 3384-4, pars sob a presidência do primeiro, compor a comissão permanente
de licitação, e os servidores FLAVIANA LÍDIA SILVA DE LUNA, mat. 3560-8, KARIA MARIA
DE SOUZA FERREIRA, mat. 1699-3, e IVAN CAVALCANTI, mat., 999-7, como membros
suplentes, para sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Permanente de Licitação do
Fundo Municipal de Saúde deste Municipio, a partir desta data pelo periodo de um ano.

GABINETE DO PREFEITO, em 28 de dezembro de 2009.

JOAO CLEMENTE NETO
Prefeito

Sapé, 28 de dezembro de 2009.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, Estado da Paraíba, fundamentado no art. 68, da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 3°, IV e § 1°, da Lei Federal n° 10.520 de 17 julho de 2002, RESOLVE:

RESOLVE:

Designar a servidora JOSIANE SOARES DE BRITO – mat. 1225-6, para exercer as funções de PREGOEIRO do Fundo Municipal de Saúde e os servidores IVAN CAVALCANTI, mat. 999-7, MARIA IZABEL MATIAS DOS SANTOS, 960-1 e MARIA DE FATIMA DA COSTA MARANHÃO, 3384-4 na qualidade de membros suplentes FLAVIANA LÍDIA SILVA DE LUNA, mat. 3560-8, ANTONIO, 900-1 EDSON DA SILVA, mat. 1736-1, JOSINEIDE HELENA DE CASTRO GUSMAO, mat. 1698-5, JOÃO SEVERNO DA SILVA, mat. 320-4, para compor a equipe de apoio na qualidade de membros para procedimentos necessários a realização de licitação de modalidade PREGÃO.

Esta portaria entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 28 de dezembro de 2009. JOÃO CLEMENTE NETO Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO

PORTARIA Nº 249/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE DESTERRO, no uso das suas atribuições legais, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº 001/2009, com base no artigo 141, e inciso III, da Lei nº 133/2003 (Estatuto do Servidor Público do município de Desterro):
RESOLVE:

RESOLVE:
Art. 1º - DEMITIR a bem do serviço público, o Sr. HÊNIO MAX DOS SANTOS
LEITE, ocupante do cargo efetivo de Coveiro do município de Desterro.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Registre-se, publique-se, cumpra-se e anote-se na sua licha funcional.
Desterro - PB, 15 de dezembro de 2.009
Dison de Almeida
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ TRABALHANDO DE VERDADE

Lei nº 311/2009

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTI-TUIR GRATIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA OS OCUPANTES DOS CARGOS DE PROFESSOR MUNICI-PAL EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ingá, Estado da Paráña, usando de suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei. Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Município de Ingá, Estado da Parañba, autorizado a instituir gratificação extraordinária, no percentual de 3.9% (trinta e cinco por cento) sobre o valor da remuneração dos profissionais do magistério da educação quais sejam: docentes, bem como dos profissionais que oforecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica, vinculados, em caráter efetivo, com o ente governamental municipal. Parágrafo fuñeo — A Gratificação Extraordinária prevista no "caput" deste artigo, não se incorporará aos vencimentos e salários para nenhum efeito, bem como año será considerada para cálculo de quaisquer vantagens pecuniárias.

Art. 2º - As despesas com a gratificação extraordinária de que trata o art. 1º desta Lei, correrão por conta de dotação orçamentária prevista para o corrente exercício financeiro, na Unidade Administrativa Secretaria de Éducação e Cultura, utilizando-se recursos de FUNDEB.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus

efeitos a 1º de dezembro de 2009. Art. 4º - Revoga

iczembro de 2009. Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário. Ingá – PB, 29 de dezembro de 2009. LUIZ CARLOS MONTEIRO DA SILVA Prefeito Constitucional

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa oportunizar melhorias na Educação do Município de Ingá, dando melhores condições aos membros do Magistério municipal.

É fato notório que os profissionais se sentem mais estimulados à boa prestação de serviço à comunidade quando têm um retorno financeiro à altura da prestação de seus serviços. Todo o Município conhece a competência daqueles que fazer parte do Magistério de nosas cidade, Assim, essa gratificação extraordinária, especial, visa, principalmente, tentar diminuir a diferença entre o trabalho prestado e seu retorno financeiro, que é, antes de tudo, um reconhecimento.

LUIZ CARLOS MONTEIRO DA SILVA Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DE SANTANA

Lei Complementar N.º 015/2009

De 23 de dezembro de 2009.

"Restabelece ao Município o Nome de TACIMA, Revoga de Inteiro Teor a Lei Municipal N° 28/96 de 01 de outubro de 1996"

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO DE SANTANA, Estado da Paraíba, no uso das antibuições que lhe faculta os artigos 57 e 58, inciso —I, ambos da Lei Orgânica Municipal, combinado com o que preceitua os artigos 21, § 1º e 22, §8º, incisos, 1 e II da Constituição Estadual, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

netsos, I e II da Constituição Estadual, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º — Face ao que estabelece o artigo 21 da Constituição Estadual, fica expressamente Revogada de Inteiro Teor a Lei Municipal № 28/96 de 01 de outubro de 1996.

Art. 2º — Fica restabelecido o nome de TACIMA ao município do Estado da Paraíba, criado nos termos da Lei Estadual № 2,04/65 9 de 20 de abril de 1959.

Art. 3º — A revogação de que trata o caput do artigo 1º consubstancia-se pelo fato de que a matéria legislativa suscitada pela Lei Municipal № 28/96 de 01 de outubro de 1996 que dá nova denomineção ao Município não se caracteriza como assunto de interesse local, portanto inscre-se como nutória não contemplada pelo artigo 30 da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência dos Municípios.

S finteo — A faculdade legislativa para revogação da Lei Municipal № 28/96 de 01 de outubro de 1996, fundamenta-se no objeto a que esta se propunha, ensejando a alteração da Lei Estadual № 2,04/6-99 de 20 de abril de 1959, matéria de competência exclusiva da Assembléia Legislativa Estadual.

Art. 4º — A presente Lei entrará en vigor na da de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

contrário. Paço da Prefeitura Municipal, 50º Ano de Emancipação Política do Município . Targino Pereira da Costa Neto Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DE SANTANA

"Dispõe sobre o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e Dá Outras Providencias."

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO DE SANTANA, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe faculta o artigo 29, inciso – IV, em consonância com o que dispõe o artigo 123, inciso – IV, alínea "b", ambos da Lei Orgânica Municipal, combinado com o que preceitua a Lei Federal N.º 8.080/90 / de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), faz saber que o Poder Legislativo, aprovou e ele sanciona a seguinto Lei.

Art. 1º ...
Paço da Prefeitura Municipal, 50º Ano da Emancipação Política do Município.

Targino Pereira da Costa Neto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ GABINETE DO PREFEITO

Portaria Nº IN016/09

Ingá - PB, 03 de novembro de 2009

LUIZ CARLOS MONTEIRO DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ GABINETE DO PREFEITO

Portaria Nº IN017/09

Ingá - PB, 03 de novembro de 2009

Ingá - PB, 03 de novembro de 2009

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE INGÁ, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

RATIFICAR a Inexigibilidade de Licitação objetivando a prestação de serviços técnicos especializados na área jurídica - Advogado; com base nos elementos constantes da Exposição de Motivos nº 017/09, a qual sugere a contratação de: Fabricio Beltrão de Brito. VALOR: R\$ 44.000,00.

Publique-se e cumpre se contratação de: Pabricio Beltrão de Brito.

Publique-se e cumpra-se.

LUIZ CARLOS MONTEIRO DA SILVA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA CNPJ 08.889.826/0001-65

LEI Nº 406/2009

De 28 de Novembro de 2009

APROVA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2009 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA BRANCA, ESTADO DA

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE FEDRA BRAICA, ESTADO DE PARAIBA, faço saber que a Câmara Municipial aprovou e cu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica Aprovado o Orçamento Geral deste Municipio para o Exercício de 2010, compreendendo a Administração Direta - Poder Exceutivo e Poder Legislativo, conforme discriminado nos anexos desta Lei que estima a RECEITA em RS 9.148.000,00 (nove milhões cento e quarenta e oito mil reais), a DESPESA em 9.098.000,00 (nove milhões e noveme o oito mil reais) e a Reserva de Contrigência no valor de RS 50.000,00 (cinqüenta Mil Reais), que corresponde, aproximadamente, a 1% da Receita Corrente Liquida.